

A DEMOGRAFIA NA TEORIA ECONÔMICA DE ADAM SMITH

Demography in Adam Smith's Economic Theory

José Alderir da Silva

Doutor em Economia (UFPB) e Doutorando em Demografia (UFRN)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Departamento de Engenharias (DENG), Angicos-RN, Brasil
Lider do Laboratório de Estudos Populacionais e Desenvolvimento Sustentável (Lepds)
jose.silva@ufersa.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1514-6999> 

William Gledson e Silva

Pós-Doutorado em Ciências Sociais (UFRN)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Departamento de Economia, Assu-RN, Brasil
Membro do Laboratório de Estudos Populacionais e Desenvolvimento Sustentável (Lepds)
williangledson@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0552-202X> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

O crescimento populacional desempenha papel central na compreensão da economia, ao atuar simultaneamente como fonte de demanda, oferta de trabalho e motor da produção e distribuição de riqueza. Este artigo revisita a teoria de Adam Smith, destacando a população como elemento estruturante do desenvolvimento econômico. Para Smith, o aumento populacional ampliava a força de trabalho disponível, possibilitando maior divisão do trabalho e especialização produtiva, gerando ganhos de eficiência e produtividade. Simultaneamente, uma população mais numerosa expandia os mercados consumidores, estimulando a circulação de bens e o comércio. Assim, a dinâmica demográfica não representava uma ameaça de escassez, mas um fator propulsor do desenvolvimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: População. Divisão do Trabalho. Economia.

ABSTRACT

Population growth plays a central role in understanding economic processes, acting simultaneously as a source of demand, a supply of labor, and a driver of production and wealth distribution. This article revisits Adam Smith's theory, highlighting population as a structuring element of economic development. According to Smith, an increase in population expanded the available workforce, enabling a greater division of labor and productive specialization, which in turn generated efficiency and productivity gains. At the same time, a larger population broadened consumer markets, stimulating the circulation of goods and trade. Thus, demographic dynamics were not viewed as a threat of scarcity, but rather as a driving force behind economic development.

KEYWORDS: Population. Division of Labor. Economy.

Classificação JEL: B12, J10, O40, O11.

Recebido em: 29-10-2025. Aceito em: 15-01-2026.

1 INTRODUÇÃO

A ciência econômica está relacionada diretamente com o crescimento populacional, sendo um dos principais fatores que impulsionou sua necessidade e, portanto, sua existência e seu desenvolvimento ao longo dos séculos¹. Nos estágios iniciais, quando os grupos humanos eram pequenos e viviam da caça e da coleta, as escolhas econômicas eram relativamente simples, pois a produção destinava-se apenas à subsistência imediata.

De acordo com Kelley (1969), à medida que a população cresceu surgiram novas demandas: a produção precisava ser organizada em maior escala, a distribuição de recursos tornou-se mais complexa e os conflitos em torno da escassez passaram a exigir regras, instituições e reflexões teóricas. Assim, conforme Nagamatsu (2019), quanto maior a população, maior a pressão sobre os recursos disponíveis e mais evidente a necessidade de compreender como alocá-los de maneira eficiente.

Sob essa concepção, Samuelson e Nordhaus (2012) mostram que o crescimento populacional está no cerne do objeto de estudo da economia, uma vez que esta ciência se dedica a compreender como as sociedades utilizam recursos escassos para satisfazer necessidades humanas ilimitadas. De acordo com Easterlin (1968), a população, ao aumentar, amplia tanto a dimensão das necessidades quanto a pressão sobre os recursos disponíveis, configurando novos desafios e oportunidades para a organização econômica.

De um lado, para Rostow (2014) o crescimento populacional eleva a demanda por bens e serviços, intensificando a necessidade de produção, distribuição e consumo de forma eficiente. Nesse sentido, a economia busca explicar como os agentes e as instituições respondem a esse aumento da demanda em contextos de escassez. Por outro lado, Smith (1776) mostra que uma população maior também amplia a oferta de trabalho, favorecendo a divisão do trabalho, a especialização produtiva e a inovação tecnológica, elementos que podem gerar ganhos de produtividade e crescimento econômico.

Assim, o estudo econômico não pode dissociar-se da dinâmica populacional: a população constitui simultaneamente a origem da demanda, a fonte da força de trabalho e o agente central no processo de produção e distribuição da riqueza (SEN, 1999). Em síntese, compreender o crescimento populacional é fundamental para entender o próprio objeto da economia, que reside na análise da produção, distribuição e consumo de bens e

¹ Vide Kuznets (1967) e Becker (1960).

serviços em sociedades em constante transformação. Afinal, a ciência econômica é feita para pessoas.

Com efeito, o aumento demográfico não é a única causa, mas é um elemento estruturante no surgimento e no desenvolvimento da ciência econômica. Ele ampliou os desafios de produção, distribuição e consumo, levando os pensadores a formular teorias e modelos para explicar e orientar o funcionamento das sociedades diante da escassez.

Nesta perspectiva, Adam Smith, considerado o pai da economia, formulou sua teoria econômica ressaltando o papel central da divisão do trabalho como motor do crescimento da riqueza das nações. Para Smith (1776), o aumento populacional não apenas ampliava a força de trabalho disponível, mas também criava condições para a especialização das atividades produtivas, gerando ganhos de eficiência e de produtividade. Além disso, uma população mais numerosa expandia os mercados consumidores, permitindo maior circulação de bens e estimulando o avanço das trocas comerciais. Dessa forma, diferentemente da perspectiva malthusiana, a população não é vista como um obstáculo, mas constituía um elemento dinâmico que impulsionava tanto a oferta quanto a demanda, reforçando a ideia de que o crescimento demográfico estava intrinsecamente associado ao desenvolvimento econômico.

Diante disso, o objetivo deste artigo é revisitar a teoria econômica de Smith, destacando a importância da população como elemento fundamental na expansão dos mercados, na intensificação da divisão do trabalho e, conseqüentemente, no aumento da produtividade e da riqueza das nações. Busca-se evidenciar como, em sua perspectiva, a dinâmica populacional não representava uma ameaça de escassez, mas antes um fator propulsor do desenvolvimento econômico, ao criar condições para a ampliação da produção e do consumo. Além disso, pretende-se discutir a atualidade dessa abordagem, relacionando-a a debates contemporâneos sobre a interação entre crescimento populacional, estrutura produtiva e desenvolvimento econômico.

Para tanto, o presente artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A seção seguinte apresenta uma síntese das principais ideias de Adam Smith. A terceira seção realiza uma reinterpretação das concepções smithianas sob uma perspectiva demográfica, articulando os elementos populacionais às questões de produção, divisão do trabalho e desenvolvimento econômico. Por fim, o trabalho se encerra com as considerações finais, nas quais são discutidas as implicações contemporâneas dessas análises.

1. ADAM SMITH E A RIQUEZA DAS NAÇÕES

A teoria econômica de Adam Smith exerceu influência fundamental na consolidação da economia como campo científico autônomo², constituindo-se como marco inaugural do pensamento econômico moderno. Em *A Riqueza das Nações* (1776), o autor introduziu um conjunto de conceitos estruturantes que passaram a orientar, de forma sistemática, tanto a formulação de políticas econômicas quanto a interpretação dos mecanismos de crescimento e desenvolvimento das sociedades. Os principais fundamentos teóricos propostos por Smith, que serão discutidos nesta seção, estabeleceram as bases analíticas para a compreensão da dinâmica produtiva, das relações de mercado e da geração de riqueza nas economias capitalistas.

Inicialmente, Smith (1776, p. 87) atribui ao trabalho um papel central na compreensão do valor das mercadorias, ainda que não formule uma teoria do valor fundada exclusivamente na quantidade de trabalho incorporado nos moldes posteriormente sistematizados por Ricardo ou Marx³. Em *A Riqueza das Nações*, o trabalho aparece sobretudo como uma medida real do valor de troca, particularmente em contextos sociais mais simples, ao passo que, nas economias capitalistas desenvolvidas, o valor das mercadorias se expressa por meio da composição entre salários, lucros e renda da terra.

Smith (1776, p. 90) mostra, portanto, que o valor das mercadorias está ligado ao esforço produtivo humano e que, mesmo movidos por interesses individuais, os agentes econômicos estruturam uma rede de intercâmbio que permite a organização eficiente da produção e o crescimento da riqueza coletiva, como mostra o clássico exemplo do intercâmbio entre o “padeiro”, “açougueiro” e o “cervejeiro” produtores de um ambiente mercantil. No entanto, embora o esforço produtivo humano constitua elemento fundamental

² Embora seja recorrente na literatura a afirmação de que Smith desempenhou papel central na consolidação da economia como campo científico autônomo, essa interpretação não é consensual na história do pensamento econômico. Parte da historiografia sustenta que, no século XVIII, a economia ainda não se encontrava plenamente autonomizada, permanecendo fortemente vinculada à filosofia moral, à jurisprudência e à reflexão política. Nesse sentido, a obra de Smith deve ser compreendida como um momento decisivo de sistematização do discurso econômico, mas não como a instauração definitiva de uma ciência econômica independente nos moldes modernos. Para uma discussão crítica sobre os limites dessa autonomia no pensamento smithiano, ver Cerqueira (2004).

³ A utilização do trabalho como referência analítica em Smith deve ser compreendida mais como um recurso explicativo das relações de troca e da produção social do que como a formulação de uma teoria do valor plenamente sistematizada. Uma discussão recente e crítica dessa controvérsia pode ser encontrada em Robinson e Subrick (2021), que analisam as razões pelas quais Smith recorre ao trabalho como parâmetro de valor em diálogo com outros autores clássicos.

na explicação smithiana da geração de riqueza, sua abordagem do valor é plural e contextualmente situada.

Paiva (2007), a partir de sua leitura da obra de Adam Smith, mostra que o conceito fundamental da divisão técnica do trabalho reúne nuances fortemente sintomáticas, isto é, a leitura realizada pelo clássico aponta para um processo de especialização das atividades laborais no sentido de que cada agente econômico possa desempenhar uma tarefa peculiar passível da geração de níveis maiores de produtividade.

Smith (1776, p. 65), categoricamente, sustenta haver uma elevação da produtividade do trabalho decorrente da ampliação da destreza individual na realização das partes do processo produtivo, em outras palavras, as atividades de trabalho à medida que são divididas adquirem padrões de uma eficiência mais significativa devido às contínuas repetições procedimentais, tornando mais aptos os trabalhadores ao exercício da atribuição a qual são destinados.

Lamounier (2005) exprime que a divisão do trabalho, incluindo as atividades intelectuais, garantem notabilidade científica para Adam Smith em fins do século XVIII, pois a especialização antes mencionada traz aos agentes contornos de fortalecimento de suas habilidades, dando aos indivíduos maior destreza, seja no desenvolvimento de atribuições empresariais, científicas, dentre outros.

Smith (1776, pag. 75), portanto, explicita no início de sua importante obra o exemplo da fábrica de alfinetes, de modo que o autor revela haver após a introdução da divisão técnica do trabalho níveis de produção alcançados, demonstrando atingir patamares substanciais em termos numéricos, cujos resultados estão associados ao poder de troca das mercadorias e, assim, limitados pelo tamanho do mercado ao qual deve atender.

Paiva (2007), por sua vez, ressalta que o processo de divisão do trabalho eleva a oferta devido a um incremento no volume geral de produção, quer dizer, o determinante a semelhante movimento de especialização do trabalho procede do denominado tamanho do mercado, o qual delimita a demanda a ser atendida e, conseqüentemente, o grau de divisão técnica estabelecida pela indústria.

Esta assertiva proposta pelo autor, a partir da compreensão de Smith, suscita a percepção de um desdobramento teórico fundamental consistente com a necessidade da expansão dos limites do mercado, onde os agentes consumidores quando atendidos impõem aos produtores a formação de estoques excessivos que requerem novos mercados propensos ao escoamento das mercadorias produzidas em dado corte espacial.

Em reforço ao exposto por Paiva (2007), Silva et al. (2018) mostram que o crescimento econômico é fator crucial no sentido de viabilizar a expansão do comércio internacionalmente, pois uma produtividade mais elevada no trabalho gera volumes produzidos capazes de acessar novos mercados, sendo esta percepção de Smith já constatada em seus escritos no último quartel do século XVIII.

Nesse contexto, Silva e Lourenço (2017), mostram que Smith introduz o conceito de vantagens absolutas, segundo o qual cada nação deve se especializar na produção daqueles bens em que possui maior eficiência produtiva em relação às demais. Assim, ao direcionar recursos para atividades nas quais o custo de produção, medido pela quantidade de trabalho incorporado, é relativamente menor, os países conseguem não apenas elevar sua própria riqueza, mas também estimular o comércio internacional de forma mutuamente benéfica. Dessa forma, o princípio das vantagens absolutas complementa a ideia de que o aumento da produtividade é elemento fundamental para a integração entre as economias, permitindo que a especialização e a troca ampliem a prosperidade global.

Smith (1776, p. 333), por sua vez, suscita na literatura econômica um modelo teórico dos mais importantes vinculados à ideia de trabalho produtivo vis-à-vis improdutivo. A diferenciação dos conceitos decorre da compreensão do autor clássico acerca do incremento ao valor laboral de uma substância denominada de lucro atribuído ao capital, comparativamente a forma improdutiva emerge das atividades não capitalistas enquanto tais.

Assim, Smith (1776), via de regra, traz como exemplo o trabalhador fabril que proporciona lucros ao seu patrão (trabalho produtivo) e o criado doméstico (trabalho improdutivo), onde semelhantes agentes se distinguem teoricamente, mostrando que os esforços a fim da geração do crescimento econômico e, conseqüentemente, o escoamento da produção através do comércio internacional é um movimento alicerçado na perspectiva da ocupação fabril com a finalidade da identificação individual em termos laborais.

Diante do exposto, Smith (1776) traz um conceito relevante a esta discussão e que pode impactar os níveis de produtividade do trabalho, quer dizer, a perspectiva do salário. Nesse sentido, a ideia do autor clássico é que o salário diz respeito a uma remuneração devido à realização de uma atividade laboral, onde a quantidade monetária a ser paga depende de uma média da produtividade dos diferentes tipos de trabalho desenvolvidos socialmente.

Além disso, essa remuneração varia de acordo com a relação entre ofertantes e demandantes por trabalho, em outras palavras, o salário necessário para que haja a

reprodução social de um trabalhador é uma espécie de referência capaz de indicar quão maior ou menor está o número de indivíduos demandantes de vagas nos postos de trabalho e a existência de tais vagas, de sorte que mais trabalhadores diante das ofertas de postos laborais pode fazer reduzir a remuneração do trabalho aquém do mínimo necessário.

Todavia, Smith (1776, p. 120-121) admite algumas condições em que o salário pode crescer acima do nível de subsistência (humanitário) em um contexto de crescimento econômico. Quando a economia se encontra em um estado progressivo, no qual a demanda por trabalho cresce de forma contínua e, a cada ano, surgem mais postos de trabalho do que no período anterior, a procura por trabalhadores passa a superar sua oferta. Nessa circunstância, estabelece-se uma escassez relativa de mão de obra que intensifica a concorrência entre os empregadores, levando-os a disputar trabalhadores por meio da oferta de salários mais elevados.

Assim, mesmo sem organização coletiva dos trabalhadores, o aumento da demanda por trabalho rompe o conluio implícito entre os patrões para manter os salários baixos, permitindo que a remuneração do trabalho se eleve acima do mínimo humanitário necessário à subsistência. Desse modo, Smith associa salários mais altos não a pressões artificiais do mercado de trabalho, mas ao próprio dinamismo do crescimento econômico e à expansão da acumulação de capital.

Com efeito, os movimentos de mercado entre empresários e trabalhadores suscitam uma percepção na qual um crescimento populacional provoca, provavelmente, uma diminuição nas cifras monetárias a serem pagas aos agentes individualmente, possibilitando haver, na leitura de Paiva (2007), redução nos custos imputados ao capital e, portanto, um tendencial incremento nos lucros passíveis de obtenção pelos capitalistas.

Isso posto, Smith (1776, p. 109-112) chancela existir a ideia de preço natural associado ao somatório dos salários, lucros (remuneração aos capitalistas) e a renda da terra (remuneração paga aos proprietários de terras), onde tais rendimentos geram os preços naturais que são parâmetros balizadores dos chamados preços de mercado provenientes das relações entre demanda e oferta, cujo resultado observado por Smith procede de uma gravitação desses últimos em torno do preço natural.

É importante ressaltar, necessariamente, que os contingentes populacionais determinam os rendimentos anteriores e, provavelmente, a percepção de preço natural. Nota-se haver um flagrante impacto do número de indivíduos sobre as remunerações precedentes, ou seja, um expressivo contingente populacional provoca uma maior oferta de trabalhadores e uma menor média na produtividade salarial capaz da redução na

remuneração paga aos trabalhadores, ampliando o horizonte capitalista em termos dos lucros auferidos, conforme já assinalado por Ricardo (1817) e Malthus (1798).

Afinal, a renda da terra possibilita atestar, via de regra, que um número mais elevado de agentes econômicos demanda, conseqüentemente, a produção maior de alimentos, daí ser premente admitir que o crescimento populacional traz um mercado consumidor de alimentos mais amplo, viabilizando esforços para incrementos na produção agrícola, ampliando a necessidade por cortes de terra maiores e, portanto, repercussões na renda da terra, sistematizando por semelhante caminho analítico a formação dos chamados preços naturais.

Após esses breves apontamentos, torna-se relevante resgatar em Smith a operacionalização dos conceitos previamente salientados, cujo contingente populacional mais numeroso proporciona ao capital, de um lado uma maior oferta de trabalhadores a custos monetários inferiores, de outro lado um mercado consumidor de alimentos mais abundante, provocando esforços capitalistas vigorosos a fim do aumento na produtividade do trabalho mediante o incremento no valor das mercadorias a partir da utilidade alcançada por essas.

Dito de outro modo, a leitura de Smith traz como substrato analítico o fato de que mais indivíduos permitem gerar novas necessidades potenciais, onde acréscimos na elaboração dos produtos com traços úteis distintos e com uma maior quantidade de trabalho presente nos itens a serem postos no circuito das trocas devem proporcionar crescimento econômico, pois na média a produtividade do trabalho e a taxa de salário tendencialmente favorecem o capital.

Saliente-se, finalmente, que a atualidade do pensamento de Smith, dentre vários aspectos passíveis da admissibilidade procede da questão da divisão técnica do trabalho, ou seja, as exigências capitalistas impõem a uma paulatina e cada vez mais célere demanda por trabalho produtivo, onde a mão de obra gradualmente submetida à utilização de itens tecnologicamente mais avançados tem seus níveis de produtividade acrescentados consideravelmente neste contexto analítico.

No entanto, embora tenha sua importância reconhecida, a população é tratada de forma secundária na teoria econômica de Smith (1776), que privilegia os mecanismos produtivos e de mercado como principais determinantes da riqueza das nações. Essa limitação torna pertinente uma releitura de sua obra sob uma perspectiva demográfica, de modo a recolocar a variável populacional no centro da análise econômica, como será realizada na próxima seção.

2. ASPECTOS POPULACIONAIS NA TEORIA DE ADAM SMITH

Ao integrar a dinâmica populacional, especialmente no que se refere ao crescimento, à estrutura etária e à força de trabalho, torna-se possível compreender de forma mais abrangente as interações entre demografia e economia no pensamento de Smith (1776), evidenciando como os movimentos populacionais influenciam a produtividade, o consumo, a acumulação de capital e, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento econômico. Afinal, o indicio mais claro de prosperidade de um país é o aumento do número de seus habitantes, como afirmou Smith (1776, p. 122).

Sob essa perspectiva, a releitura da teoria smithiana permite reconhecer a população como elemento estruturante da dinâmica econômica, não apenas enquanto fator de produção, mas também como sujeito central das políticas de crescimento e de promoção do bem-estar social e sustentável, desde que o crescimento demográfico seja acompanhado por avanços tecnológicos, investimentos em capital e aprimoramentos institucionais capazes de sustentar o aumento da produtividade e mitigar eventuais pressões negativas sobre os recursos disponíveis.

Para Boserup (1965), o crescimento da população funcionou como força motriz na transição de economias de subsistência para sistemas econômicos mais complexos, estruturados em torno da especialização, da circulação de bens e do fortalecimento de instituições que sustentaram o desenvolvimento social e econômico.

Na economia, a população representa, ambos os lados do mercado: de um lado, constitui a força de trabalho, fornecendo os recursos humanos necessários para a produção de bens e serviços; de outro, representa a demanda, ao consumir os produtos gerados pela própria atividade produtiva. Quanto maior a população, maior a oferta de trabalho disponível para diferentes setores. Simultaneamente, uma população mais numerosa aumenta a base de consumidores, ampliando os mercados e incentivando o intercâmbio de mercadorias⁴.

Dessa forma, a dinâmica populacional não apenas sustenta a produção, mas também cria as condições para que essa produção seja efetivamente absorvida, articulando

⁴ No entanto, o crescimento populacional não implica, de forma automática, aumento da oferta de trabalho qualificado nem expansão imediata dos mercados consumidores. Embora uma população maior amplie o contingente potencial de trabalhadores, sua efetiva incorporação aos diferentes setores produtivos depende de investimentos em capital humano, como escolaridade, formação técnica e experiência, o que pode gerar, no curto e médio prazo, excesso de mão de obra pouco qualificada coexistindo com escassez relativa de trabalhadores qualificados. Do mesmo modo, a ampliação da produção não assegura, por si só, a expansão dos mercados, uma vez que mercados populacionalmente maiores só se tornam efetivos quando acompanhados de renda suficiente, instituições adequadas, infraestrutura e mecanismos de integração econômica capazes de sustentar a absorção da produção.

oferta e demanda em um ciclo que fortalece o crescimento econômico, como afirma Jones (1999). A população, portanto, atua como elemento estruturante do funcionamento do mercado, sendo central para compreender a relação entre trabalho, valor e riqueza nas economias analisadas por Smith.

Embora a teoria populacional mais difundida seja a formulada por Malthus (1798), é possível identificar contribuições relevantes em outras abordagens, como as de Smith, especialmente quando reinterpretadas e relacionados com autores contemporâneos. Caldwell (1976) mostra que as taxas de natalidade são influenciadas pela direção do fluxo intergeracional de riqueza, ou seja, quem sustenta quem dentro de uma família. Em sociedades pré-industriais como a de Smith (1776, p. 120), o fluxo de riqueza é dos filhos para os pais. As crianças começam a trabalhar cedo e contribuem para a renda familiar, seja no campo ou em pequenos negócios. Nesse contexto, segundo Notestein (1945), ter muitos filhos é economicamente vantajoso, pois aumenta o número de trabalhadores dentro da família, levando a altas taxas de fecundidade.

Na medida em que cada filho representa uma fonte adicional de renda, ao buscar ampliar a renda familiar, o pai tenderia a optar por um número maior de filhos. Esse comportamento, que Caldwell (1982) interpreta como resultado de uma racionalidade voltada para o interesse individual, gera consequências que extrapolam o âmbito familiar. Todavia, em uma perspectiva smithiana, um número maior de filhos significa um número maior de trabalhadores que podem ser utilizados na divisão do trabalho, aumentando a produção e, conseqüentemente, a riqueza da nação (SMITH, 1776, p. 130).

Portanto, esse raciocínio de Caldwell (1982), aproxima-se da visão de Smith (1776, pag. 74, 436), segundo a qual a soma das ações motivadas por interesses individuais pode resultar em benefícios coletivos, promovendo o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Assim, o que inicialmente se configura como uma decisão particular, guiada pelo objetivo de ampliar a renda familiar, acaba por se articular a uma lógica macroeconômica, em que a expansão populacional desempenha o papel de motor do desenvolvimento econômico.

Como visto, para Smith (1776, pag. 70, 122, 130), quando maior a divisão do trabalho, maior a riqueza de um país e, portanto, maior sua população. Sendo assim, com o crescimento populacional, maior o número de pessoas disponíveis para trabalhar, o que torna viável dividir o trabalho em tarefas cada vez mais específicas. Por outro lado, maior número de pessoas, maior a quantidade de necessidades e, portanto, maior a demanda por bens e serviços. Dessa forma, para Smith (1776), o crescimento populacional é um pré-

requisito para a plena divisão do trabalho, porque só em uma população grande é possível que indivíduos se especializem em tarefas específicas, aumentando a propensão a troca, aumentando a produtividade e estimulando o desenvolvimento econômico.

Embora seja condição necessária, Smith (1776) não sustenta que o aumento populacional seja condição suficiente para que a divisão do trabalho efetivamente se aprofunde. Para que esse processo se realize, é necessário que existam outras condições complementares, como a expansão dos mercados, a acumulação de capital, a existência de instituições que garantam a circulação das mercadorias e a capacidade de absorção da produção.

Uma população numerosa sem renda, sem acesso a mercados ou sem oportunidades produtivas pode, ao contrário, resultar em subemprego, baixos salários e limitações ao avanço da produtividade. Assim, a população funciona, na perspectiva smithiana, como um potencial econômico, e não como um determinante automático do desenvolvimento. Ela cria a possibilidade da divisão do trabalho, mas sua concretização depende da articulação com fatores econômicos e institucionais mais amplos.

Essa concepção de que a expansão demográfica pode impulsionar o progresso econômico é posteriormente retomada e ampliada por Boserup (1965), que, em oposição à visão malthusiana, argumenta que a pressão populacional atua como força propulsora da inovação tecnológica e da intensificação agrícola, estimulando transformações produtivas e institucionais. De modo semelhante, Jones (1999) insere o crescimento populacional na lógica do crescimento endógeno, destacando que populações maiores geram um volume mais elevado de ideias e descobertas, ampliando a taxa de inovação tecnológica e o avanço econômico. Essa inter-relação entre demografia, inovação e produtividade é consolidada no modelo de Galor e Weil (2000), que explicam o desenvolvimento econômico moderno como um processo de transição demográfica em que o crescimento populacional inicial impulsiona o progresso tecnológico e, em estágios posteriores, favorece a acumulação de capital humano.

Em termos contemporâneos, o raciocínio de Smith (1776) aproxima-se do conceito de bônus demográfico, entendido como o período em que há uma proporção elevada de pessoas em idade ativa em relação à população dependente (crianças e idosos). Nesse contexto, de acordo com Bloom et al (2001), a economia tende a se beneficiar da maior disponibilidade de força de trabalho e da ampliação do consumo agregado. Assim como Smith (1776) destacava que o aumento populacional favorece a divisão do trabalho e o consequente crescimento da produtividade, o bônus demográfico amplia as condições para

que a força de trabalho mais numerosa e qualificada se especialize, gere inovações e impulse o desenvolvimento⁵.

Contudo, enquanto Smith (1776) via a divisão do trabalho como um mecanismo estrutural e permanente de geração de riqueza, os estudos demográficos contemporâneos⁶ mostram que o bônus demográfico é transitório, pois depende do aproveitamento do potencial produtivo antes que o processo de envelhecimento populacional reduza a proporção de trabalhadores.

Esse caráter estrutural e permanente atribuído por Smith (1776) à relação entre crescimento populacional, divisão do trabalho e expansão econômica decorre, em parte, do contexto histórico em que sua obra foi formulada. No século XVIII, o conceito de transição demográfica ainda não havia sido desenvolvido, e as variações populacionais eram compreendidas sobretudo a partir de suas implicações econômicas imediatas, e não sob uma perspectiva de ciclos demográficos ou mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade.

A teoria demográfica clássica só foi formulada séculos depois, especialmente no século XX, a partir das observações sobre o declínio da mortalidade e, posteriormente, da fecundidade nos países industrializados⁷. Smith (1776, p. 77, 122) falava de crescimento populacional em termos mais qualitativos: ele via a expansão da população como condição para ampliar mercados e, assim, possibilitar maior divisão do trabalho e ganhos de produtividade. Dessa forma, assim como em Malthus (1798), a análise smithiana reflete uma visão estrutural e contínua do papel da população no desenvolvimento econômico, anterior à sistematização teórica das dinâmicas demográficas modernas.

Somente com a teoria da transição demográfica é que se passou a compreender o ritmo e as fases do crescimento populacional: do estágio de altas taxas de natalidade e mortalidade até o envelhecimento populacional. Todavia, de posse desse conceito, é possível relacionar as ideias de Smith (1776) ao bônus demográfico, mostrando como a expansão populacional e a composição etária podem potencializar a divisão do trabalho, mas também como esse efeito é limitado no tempo e dependente de fatores como educação, qualificação e inserção no mercado, como demonstra Bloom et al (2001).

Na teoria do valor, Smith (1776, p. 101) mostra que o valor de troca das mercadorias tende a refletir a quantidade de trabalho incorporada em sua produção, ou seja, quanto

⁵ Vide Galor (2011);

⁶ Mason e Lee (2011), Bloom e Canning (2008).

⁷ Vide Notestein (1945), Davis (1945), Coale (1987) e Silva et al. (2025).

mais tempo for necessário para produzir um bem, maior será seu valor de troca, assumindo condições normais de mercado. No exemplo clássico de intercâmbio entre o padeiro, o açougueiro e o cervejeiro, cada um produz mercadorias distintas, incorporando diferentes quantidades de trabalho. A troca entre eles não é arbitrária, mas reflete a contribuição relativa de trabalho que cada um emprega em seus produtos. Portanto, o aumento da população e a consequente ampliação da divisão do trabalho, pode afetar o valor de troca da mercadoria, ao reduzir o tempo necessário de produção das mercadorias⁸.

A divisão do trabalho combinada com a redução do valor de troca das mercadorias, segundo Stigler (1951), cria novos mercados para os bens produzidos pela nação, uma vez que a especialização aumenta a produtividade e permite gerar excedentes que ultrapassam a capacidade de consumo local. Com maior oferta, surge a necessidade de buscar consumidores externos, estimulando o comércio interno entre regiões e também o comércio internacional, surgindo assim a teoria das vantagens absolutas de Smith (1776, p. 440). Esse processo amplia a interdependência entre produtores e consumidores, diversifica as atividades econômicas e fortalece o crescimento do mercado.

Além disso, de acordo com Young (1928), ao ampliar os mercados, a divisão do trabalho retroalimenta o próprio processo produtivo: quanto mais extensa a rede de trocas, maior a possibilidade de aprofundar a especialização, gerar inovações tecnológicas e criar novos setores econômicos. Em Smith (1776), portanto, a expansão populacional e a divisão do trabalho formam um círculo virtuoso que não apenas eleva a riqueza da nação, mas também integra economias locais a circuitos mais amplos de comércio, como afirmam Myrdal (1957) e Rosenberg (1965).

Todavia, para Smith (1776, p. 335), apenas o trabalho produtivo teria a capacidade de sustentar esse círculo virtuoso e, conseqüentemente, promover a riqueza da nação. Como visto, Smith (1776) distingue entre trabalho produtivo e improdutivo. O primeiro estaria associado à produção de bens materiais que poderiam ser acumulados e comercializados, ampliando o estoque de capital da sociedade. O segundo, embora pudesse ser socialmente necessário, não resultaria na criação de mercadorias ou na acumulação de capital, razão pela qual não contribuiria diretamente para determinar o valor das mercadorias e, portanto, para o desenvolvimento econômico.

Nesse enquadramento, atividades como o serviço doméstico ou mesmo o cuidado de pessoas não seriam consideradas produtivas, uma vez que não gerariam excedentes

⁸ Se uma cadeira que antes exigia 8 horas de produção, com divisão do trabalho e melhores instrumentos, passa a exigir 4 horas, seu valor de troca se reduz pela metade.

passíveis de troca no mercado. Contudo, essa concepção apresenta limites significativos à luz de abordagens contemporâneas. A chamada economia do cuidado enfatiza que atividades de cuidado, sejam elas remuneradas ou não, são indispensáveis à reprodução social e econômica, na medida em que garantem a manutenção e o bem-estar da força de trabalho, permitindo sua inserção em setores considerados “produtivos” pela ótica clássica⁹. No mesmo sentido, os esforços de mensuração por meio das Contas Satélites do Cuidado (ONU, CEPAL, IBGE)¹⁰ têm demonstrado que tais atividades representam uma parcela significativa do chamado PIB “oculto”, evidenciando que o trabalho de cuidado gera valor econômico que transcende a lógica material de produção de bens.

Assim, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo em Adam Smith exige precisão conceitual, pois difere substancialmente das interpretações contemporâneas sobre produtividade e valor social do trabalho. Para Smith (1776, p. 333-335), o critério fundamental não é a utilidade social da atividade, mas sua capacidade de se fixar em um objeto material durável e vendável, que incorpore valor e permita, posteriormente, adquirir uma quantidade equivalente de trabalho.

Assim, são considerados improdutivos não apenas os serviços domésticos, mas também atividades hoje reconhecidas como socialmente essenciais, como as exercidas por professores, médicos, sacerdotes, juristas, militares e funcionários públicos. Embora Smith reconheça explicitamente que esses trabalhos são “honrosos, úteis e necessários”, ele os classifica como improdutivos porque seus serviços se extinguem no momento da prestação e não resultam em mercadorias acumuláveis.

Essa concepção reflete o contexto histórico do século XVIII, no qual a produtividade era associada prioritariamente à acumulação material de capital. À luz das abordagens contemporâneas, especialmente da economia do cuidado e das contas satélites do trabalho não remunerado, tal definição revela limites analíticos importantes, uma vez que desconsidera o papel desses trabalhos na reprodução da força de trabalho, na formação do capital humano e na sustentação do próprio sistema produtivo. Dessa forma, ao dialogar criticamente com Smith, não se pretende questionar a coerência interna de sua argumentação, mas reconhecer que sua definição de trabalho improdutivo está vinculada a uma concepção de valor historicamente situada, própria do contexto intelectual do século XVIII, e distinta das abordagens que orientam os debates econômicos contemporâneos.

⁹ Vide Folbre (1994), Himmelweit (1995) e Avaro e Morin (2024) sobre o trabalho improdutivo.

¹⁰ ONU (2015), CEPAL (2021) e Melo e Morandi (2021).

Adicionalmente, as teorias feministas da demografia¹¹ problematizam a exclusão histórica dessas atividades da esfera da produção, apontando que a própria noção smithiana de produtividade foi construída a partir de uma perspectiva limitada, que desconsiderava a divisão sexual do trabalho¹². Ao invisibilizar o papel do cuidado, a abordagem clássica negligencia a base sobre a qual se sustenta a reprodução da força de trabalho e, portanto, do próprio sistema econômico.

Dessa forma, enquanto para Smith (1776) o trabalho de cuidado se enquadraria como improdutivo por não gerar mercadorias acumuláveis, os referenciais contemporâneos o reconhecem como produtivo em sentido ampliado, pois constitui condição necessária para o funcionamento da economia e para a manutenção do bem-estar social. Assim, a crítica atual reside no fato de que a visão smithiana, ainda que pioneira para seu tempo, revela-se insuficiente para explicar dimensões essenciais da produção e da reprodução da vida econômica.

O conceito de preço natural, que consiste no somatório dos rendimentos distribuídos entre as três principais classes sociais (salários, lucros e renda da terra), revela-se igualmente condicionado pela dimensão dos contingentes populacionais. Esse valor funciona como um parâmetro de equilíbrio em torno do qual os preços de mercado oscilam, a depender das forças de oferta e demanda. Nesse sentido, para Hollander (1973) e Blaug (1997), o preço natural não se apresenta como um valor imutável, mas como uma referência resultante das condições econômicas e sociais de determinada conjuntura.

No entanto, a determinação desse preço é sensivelmente afetada pela dinâmica demográfica. A variação nos contingentes populacionais interfere diretamente na fixação dos salários, os quais constituem parte essencial da composição do preço natural. Em situações de excedente de mão de obra, observa-se a tendência à redução do valor da força de trabalho, uma vez que a maior oferta de trabalhadores intensifica a concorrência entre os indivíduos e, conseqüentemente, comprime a remuneração média. Tal compressão salarial, por sua vez, amplia as margens de lucro dos capitalistas, reposicionando a distribuição da renda entre as classes sociais (ROSENBERG e BIRDZELL, 2008; SAMUELSON e NORDHAUS, 2012).

O crescimento populacional, ao pressionar a demanda por alimentos, tenderia igualmente a elevar a renda da terra, interferindo diretamente na estrutura de preços e na distribuição da renda entre as classes produtivas e, portanto, em outro componente

¹¹ Vide Gill e Bakker (2003) e Federici (2020).

¹² Sobre a divisão sexual do trabalho, vide Hirata e Kergoat (2007).

fundamental da formação do preço natural. À medida que a demanda por alimentos cresce em função do aumento populacional, a necessidade de expandir a produção agrícola eleva o valor das terras mais férteis e acessíveis, resultando em um acréscimo na renda da terra (RICARDO, 1817; SMITH, 1776). Desse modo, a variação demográfica impacta de forma direta e indireta todos os elementos que compõem o preço natural, demonstrando que a estrutura distributiva delineada por Smith (1776) é sensível às transformações populacionais.

Assim, a dinâmica demográfica não apenas redefine a oferta e a demanda de trabalho e de bens essenciais, mas também condiciona a própria lógica de acumulação e de valorização do capital, evidenciando a interdependência entre fatores populacionais e os mecanismos de equilíbrio econômico (GALOR e WEIL, 2000; JONES, 1999; CLARK, 2008). Dessa forma, verifica-se que o conceito de preço natural, embora formulado por Smith (1776, p. 109) como um parâmetro de gravitação dos preços de mercado, encontra-se intrinsecamente vinculado a elementos populacionais e sociais. Em outras palavras, a própria percepção de preço natural depende, em grande medida, da composição demográfica, de modo que um crescimento populacional expressivo tende a reduzir os salários, aumentar o lucro e a renda da terra¹³.

Em síntese, a teoria de Smith (1776) evidencia que a população, longe de ser apenas um dado exógeno como trata a teoria econômica contemporaneamente em seus modelos¹⁴, constitui elemento estruturante na dinâmica econômica, condicionando a relação entre trabalho, valor e riqueza. Nesse sentido, a análise smithiana, ainda que situada em seu contexto histórico, mantém relevância para os debates contemporâneos sobre demografia, distribuição e desenvolvimento, sobretudo quando cotejada com interpretações posteriores que destacam tanto os limites quanto as potencialidades da expansão populacional no processo de acumulação de capital.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que, embora Adam Smith (1776) não tenha formulado uma teoria demográfica explícita, sua concepção de desenvolvimento econômico está profundamente entrelaçada com a dinâmica

¹³ Ricardo (1817) defende que esse sistema tende a reduzir o salário ao nível de subsistência, enquanto Marx (1867) argumenta que vai elevar o exército industrial de reserva.

¹⁴ Vide Solow (1956).

populacional. O aumento da população, em sua perspectiva, não representa um risco de escassez, mas um vetor essencial do desenvolvimento, por ampliar simultaneamente a força de trabalho e os mercados consumidores, promovendo a divisão do trabalho e a elevação da produtividade.

Ao revisitar a teoria smithiana sob a ótica demográfica, observou-se que a população desempenha papel duplo e estruturante: constitui tanto o agente da produção quanto o destinatário do consumo. Essa leitura permite compreender que o desenvolvimento econômico, em Smith (1776), é inseparável das transformações populacionais, antecipando, em certa medida, formulações posteriores sobre os efeitos da estrutura etária, da oferta de trabalho e da expansão dos mercados.

As interpretações contemporâneas, representadas por autores como Boserup (1965), Jones (1999) e Galor e Weil (2000), ampliam essa visão ao demonstrar que o crescimento populacional pode atuar como estímulo à inovação tecnológica, à acumulação de capital humano e à transição para estágios mais avançados de desenvolvimento. Do mesmo modo, o conceito moderno de bônus demográfico reforça a atualidade do pensamento smithiano ao reconhecer a importância da estrutura etária e da participação da população economicamente ativa como motores de crescimento, ainda que temporários.

Portanto, as reflexões de Smith continuam relevantes para o entendimento das interações entre economia e demografia. Reconhecer a população como variável endógena e estratégica na dinâmica econômica é essencial para interpretar os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável, da distribuição de renda e da transição demográfica. Em síntese, ao trazer a variável populacional de volta ao centro da teoria econômica, reafirma-se a atualidade de Smith como ponto de partida indispensável para compreender a relação entre crescimento, estrutura social e bem-estar coletivo.

Adicionalmente, torna-se necessário revisitar os demais autores clássicos da economia como Ricardo e Marx, além das teorias contemporâneas sob uma perspectiva demográfica, de modo a compreender de forma mais ampla as inter-relações entre crescimento populacional, estrutura produtiva e distribuição de renda. A integração entre teoria econômica e demografia permite reinterpretar conceitos fundamentais, como o valor, o capital e o trabalho, em diálogo com os desafios contemporâneos de transição demográfica, envelhecimento populacional e sustentabilidade social. Essa abordagem renovada, sugestões de pesquisa futuras, oferece não apenas um resgate histórico das origens do pensamento econômico, mas também uma ferramenta analítica essencial para compreender as dinâmicas de desenvolvimento nas sociedades modernas.

REFERÊNCIAS

- AVARO, M.; MORIN, J. G. (2024). **Uncovering the Hidden Value of Unpaid Work: A Global History of Marginalized Metrics**. *SocArXiv*. May, 3.
- BECKER, G. S. (1960). **An economic analysis of fertility**. In *Demographic and economic change in developed countries* (pp. 209-240). Columbia University Press.
- BLAUG, M. (1997). **Economic theory in retrospect**. Cambridge university press.
- BLOOM, D. E., CANNING, D., & SEVILLA, J. P. (2001). **Economic growth and the demographic transition**.
- BLOOM, D. E., & CANNING, D. (2008). Population health and economic growth. **Commission on Growth and Development working paper**, 24.
- BOSERUP, E. (1965). **The conditions of agricultural growth: The economics of agrarian change under population pressure**. Routledge.
- CALDWELL, J. C. (1976). Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and development review**, 321-366.
- CALDWELL, J. C. (1982). **Theory of fertility decline**. (No Title)..
- CEPAL, N. (2021). La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad. **CEPAL ONU**.
- CERQUEIRA, H. E. D. G. (2004). Adam Smith eo surgimento do discurso econômico. **Brazilian Journal of Political Economy**, 24(3), 433-453.
- CLARK, G. (2008). **A farewell to alms: a brief economic history of the world**.
- COALE, A. J. (1987). **Demographic transition**. In *The New Palgrave Dictionary of Economics* (pp. 1-6). Palgrave Macmillan, London
- DAVIS, K. (1945). **The world demographic transition**. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 237(1), 1-11.
- EASTERLIN, R. A. (1966). Economic-demographic interactions and long swings in economic growth. **The American Economic Review**, 56(5), 1063-1104.
- EASTERLIN, R. A. (1968). **Front matter," Population, Labor Force, and Long Swings in Economic Growth: The American Experience"**. In *Population, Labor Force, and Long Swings in Economic Growth: The American Experience* (pp. 17-0). NBER.
- FEDERICI, S. (2020). **Revolution at point zero: Housework, reproduction, and feminist struggle**. PM press, 2020.

FOLBRE, N. (1994). **Who pays for the kids?: Gender and the structures of constraint**. Routledge.

GALOR, O., WEIL, D. N. (2000). Population, technology, and growth: From Malthusian stagnation to the demographic transition and beyond. **American economic review**, 90(4), 806-828.

GALOR, O. (2011). **Unified growth theory**. Princeton university press.

GILL, S., & BAKKER, I. (Eds.). (2003). **Power, production and social reproduction: Human in/security in the global political economy**. Springer.

HIMMELWEIT, S. (1995). The discovery of “unpaid work”: the social consequences of the expansion of “work”. **Feminist economics**, 1(2), 1-19.

HIRATA, H., & KERGOAT, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, 37, 595-609.

HOLLANDER, S. (1973). **The economics of Adam smith**. University of Toronto Press.

JONES, C. I. (1999). **Was an industrial revolution inevitable?** Economic growth over the very long run.

KELLEY, A. C. (1969). Demographic cycles and economic growth: The long swing reconsidered. **The Journal of Economic History**, 29(4), 633-656.

KUZNETS, S. (1967). Population and economic growth. **Proceedings of the American philosophical Society**, 111(3), 170-193

LAMOUNIER, J. F. B. **A divisão do trabalho em Adam Smith e o processo de especialização do conhecimento no século XVIII**. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MALTHUS, Thomas Robert. ([1798] 1983) **Ensaio sobre o princípio da população**. Tradução de Antonio José Alves de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. ([1867] 1983) **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MASON, A.; LEE, R. D. (Eds.). (2011). **Population aging and the generational economy: A global perspective**. Edward Elgar Publishing.

MELO, H. P. D., MORANDI, L. (2021). Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, 30(1), 187-210.

MULHERES, O. N. U. (2015). **Progresso Das Mulheres No Mundo 2015-2016: Transformar As Economias Para Realizar Direitos**. Nova York, *ONU Mulheres*.

- MYRDAL, G., & Sitohang, P. (1957). **Economic theory and under-developed regions**.
- NAGAMATSU, F. (2019). **Economia do meio ambiente**. Editora Senac São Paulo.
- NOTESTEIN, F. W. (1945). **Population-The long view**. Food for the World., 36-57.
- ONU (2017). UNITED NATIONS. **Guide on Valuing Unpaid Household Service Work**. New York: United Nations, 2017.
- PAIVA, C. A. (2007). Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento mercantil capitalista de regiões periféricas. **Texto para discussão**, Porto Alegre, n. 10, Secretaria do Planejamento e Gestão Fundação de Economia e (Estatística Siegfried Emanuel Heuser), novembro 2007.
- RICARDO, David. ([1817] 1983) **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
- ROBINSON, J. A., & SUBRICK, J. R. (2021). Why did Smith suggest a labor theory of value?. **Journal of Economic Behavior & Organization**, 184, 781-787.
- ROSENBERG, Nathan; LE JR, Birdzell. **How the West grew rich: The economic transformation of the industrial world**. Basic books, 2008.
- ROSENBERG, N. (1965). Adam Smith on the division of labour: two views or one?. **Economica**, 32(126), 127-139.
- ROSTOW, W. W. (2014). **The stages of economic growth: A non-communist manifesto** (1960). *The Globalization and Development Reader: Perspectives on Development and Global Change*, 52-61.
- SAMUELSON, P. A., NORDHAUS, W. D. (2012). **Economía**. AMGH Editora.
- SEN, A. (1999). Development as freedom (1999). **The globalization and development reader: Perspectives on development and global change**, 525.
- SILVA, F. A., GOMES, M. F. M., ALMEIDA, F. M. D., MENDONÇA, T. G. D., & ROSADO, P. L. (2018). Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados. **Nova Economia**, 28, 807-848.
- SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. (2017). Teorias do comércio internacional, estrutura produtiva e crescimento econômico. **Revista Economia Ensaios**, 32(1).
- SILVA, J. A., GLEDSON, W., GOMES, T. G. P. (2025). Transição demográfica e janela de oportunidade no Brasil. **Princípios**, 44(172), 297-317.
- SMITH, Adam. ([1776] 1983) **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

SOLOW, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly journal of economics**, 70(1), 65-94.

STIGLER, G. J. (1951). The division of labor is limited by the extent of the market. **Journal of political economy**, 59(3), 185-193.

YOUNG, A. A. (1928). Increasing returns and economic progress. **The economic journal**, 38(152), 527-542.

NOTAS

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Gamaliel Martins Bezerra, 587, Alto da Alegria, Angicos-RN, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: José Alderir da Silva/Willian

Revisão e aprovação: José Alderir da Silva

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Textos de Economia** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER -

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no Portal de Periódicos UFSC As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES - uso exclusivo da revista

Ronivaldo Steingraber